

Alef S.A.

Notas Explicativas da Administração às Informações Contábeis Intermediárias Em 30 de setembro de 2012

(Em reais, centavos omitidos)

1. Contexto Operacional

A Alef S.A. ("Companhia"), sociedade de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem por objetivo a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista, participação em empreendimentos imobiliários, participação, como quotista, em fundos de investimento regularmente constituídos.

A Companhia não exerce atividades operacionais.

2. Apresentação das Informações Contábeis Intermediárias

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Essas práticas são consistentes com as adotadas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2011.

As informações contábeis intermediárias foram preparadas e estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico onde a Companhia opera ("moeda funcional").

A emissão das informações contábeis intermediárias foi aprovada pela Administração em 24 de outubro de 2012.

3. Resumo das Políticas Contábeis

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e/ou depósitos bancários.

c) Aplicações financeiras

São demonstrados por aplicações financeiras de curto prazo, com risco irrelevante de mudança de seu valor de mercado.

As aplicações financeiras estão classificadas como títulos para negociação, mensuradas ao valor justo por meio do resultado. Estas aplicações financeiras estão registradas ao valor nominal, acrescidos dos rendimentos até a data do encerramento do exercício, não excedendo ao valor de mercado.

d) Impostos e contribuições a recuperar

São demonstrados pelos valores originais efetivamente recuperáveis no curso normal das operações, atualizados monetariamente de acordo com as regras legais, e representam créditos fiscais associados às retenções de tributos federais.

e) Passivo circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

f) Imposto de renda e contribuição social

São calculados e registrados com base nas alíquotas e critérios fiscais vigentes na data de elaboração das informações contábeis intermediárias. A Companhia adota o regime de apuração pelo lucro real, onde o imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, sobre a parcela do lucro que exceder a R\$ 240 mil ano ou R\$ 20 mil mês. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada com base na alíquota de 9%.

A Companhia não apurou lucro tributável e, conseqüentemente, não obteve base de cálculo positiva para imposto de renda e contribuição social.

g) Resultado básico por ação

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do lucro ou prejuízo do exercício pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício.

h) Estimativas contábeis

A elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos, avaliações de riscos em contingências e outras avaliações similares. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas trimestralmente.

i) Novos pronunciamentos

A Companhia optou por não adotar antecipadamente nas suas informações contábeis intermediárias os pronunciamentos recentemente emitidos pelo IASB, mas ainda não implantados no Brasil através do CPC, que serão obrigatórios a partir de 2013. A Companhia está avaliando o impacto total dos novos pronunciamentos.

4. Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras de curto prazo estão constituídas por cotas de fundos de investimento de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor. A composição da carteira está representada por:

		30/09/2012		31/12/2011	
Fundo	Instituição Financeira Administradora	Quantidade de Cotas	Valor	Quantidade de Cotas	Valor
Opportunity Top DI	BNY Mellon	18.100,52	<u>43.010</u>	18.121,01687	<u>40.393</u>

5. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social está representado por 21.474.000 ações ordinárias (21.394.000 em 31.12.2011), sem valor nominal. A Companhia poderá aumentar o seu capital, independentemente de decisão em assembleia, até o limite de 1.000.000 (um bilhão de reais) ações, mediante deliberação do Conselho de Administração.

A Assembleia Geral Extraordinária de 23 de janeiro de 2012, aprovou o aumento do capital social em R\$ 80.000, mediante a emissão privada de 80.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, ao preço unitário de R\$ 1,00 por ação, passando o capital social de R\$ 1.099.000 para R\$ 1.179.000.

b) Dividendos

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos não inferiores a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. A proposta de distribuição de dividendos da Administração da Companhia considera que a parcela equivalente ao dividendo mínimo é registrada como passivo, por ser obrigação legal prevista no Estatuto Social.

6. Instrumentos Financeiros

a) Classificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial e mensurou conforme abaixo:

Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado:

Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de riscos adotados pela Companhia. Custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado. As aplicações financeiras da Companhia estão classificadas nesta categoria.

Os demais instrumentos financeiros estão reconhecidos pelo seu valor contábil e se aproximam dos valores de mercado. Entretanto, por não possuírem um mercado ativo podem ocorrer variações significativas caso a Companhia necessite antecipar as suas realizações.

b) Derivativos

A Companhia não realizou aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, durante o trimestre findo em 30 de setembro de 2012.

7. Serviços do Auditor Independente

De acordo com a Instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003, a Companhia não contratou outros serviços junto ao auditor independente responsável pelo exame das informações contábeis intermediárias do período findo em 30 de setembro de 2012, que não seja o de auditoria externa.

* * * * *